ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais

VIII Encontro Anual da FINEDUCA (2020)

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

ISSN: 2595-136X

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

RESUMOS

Creches Conveniadas e Compra de Vagas na Cidade de São Paulo: formas de privatização da educação infantil

Ana Paula Santiago do Nascimento
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo/SP – Brasil
Cleber Nelson de Oliveira Silva
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP), São Paulo/SP – Brasil
Eliano Macedo Souza
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP), São Paulo/SP – Brasil
Felipe Willian Ferreira de Alencar
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

A Atuação de Agentes Privados do Movimento Todos pela Base na Rede Estadual do Espírito Santo: mapeamento e caracterização

Andresa Costola
Raquel Fontes Borghi
Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP), Rio Claro/SP – Brasil

Levantamento bibliométrico de artigos sobre financiamento e privatização da educação básica a partir da SciELO Brasil (2015-2020)

Andrey da Silva Mori
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

Financiamento Recente e Proficiência para o Ensino Médio no Estado do Pará

Antônio Cláudio Andrade dos Reis
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Atuação do Setor Privado na Disputa pelos Fundos Públicos: a educação e as Edu business no contexto do novo Fundeb

Danielle do Nascimento Rezera
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos/SP – Brasil
Raquel Gomes D Alexandre
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo/SP – Brasil
Faculdade Messiânica, São Paulo/SP – Brasil

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e a Precarização da Carreira Docente

Fernanda Denise Siems
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

ISSN: 2595-136X

Estudos sobre a adoção de Sistemas Privados de Ensino para a Educação Infantil por municípios paulistas

Viviani Vicentin Bergamaschi
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

Creches Conveniadas e Compra de Vagas na Cidade de São Paulo: formas de privatização da educação infantil

Ana Paula Santiago do Nascimento

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo/SP – Brasil

Cleber Nelson de Oliveira Silva

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP), São Paulo/SP – Brasil

Eliano Macedo Souza

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP), São Paulo/SP – Brasil

Felipe Willian Ferreira de Alencar

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender as formas utilizadas pela Rede Municipal de Educação de São Paulo de privatização da educação infantil no período de 2000 a 2020. Utilizando-se de pesquisa documental e dados quantitativos é evidenciado o crescimento dos convênios com entidades privadas para o atendimento de bebês e crianças pequenas em creches na chamada rede parceira. Destaca-se ainda a instituição de dois programas – Mais Creche e Bolsa Primeira Infância – no final de 2019 que possibilitará o envio de recursos públicos para instituições privadas. Tal processo de privatização indica a opção política das gestões municipais por esse tipo de atendimento e consolida, no município, a existência de duas redes de educação para a primeira infância.

Palavras-chave: **Creches conveniadas. Rede Municipal de Educação. Privatização da educação infantil. Políticas Educacionais. Município de São Paulo.**

Daycare Centers and Purchase of Vacancies in the City of São Paulo: ways of privatizing early childhood education

Abstract

This article aims to understand the ways used by the Municipal Education Network of São Paulo to privatize early childhood education in the period from 2000 to 2020. By using documentary research and quantitative data, network is evidenced the growth of agreements with private entities for the care of babies and young children in day-care centers in the so-called partner. Two programs - *Mais Creche* and *Bolsa Primeira Infância* - at the end of 2019 are also worth mentioning, which will make it possible to send public funds to private institutions. This privatization process indicates the political option of municipal management for this type of care and consolidates, in the city, the existence of two early childhood education networks.

Keywords: **Agreed daycare centers. Municipal Education Network. Privatization of early childhood education. Educational Policies. City of São Paulo.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

A Atuação de Agentes Privados do Movimento Todos pela Base na Rede Estadual do Espírito Santo: mapeamento e caracterização[1]

Andresa Costola

Raquel Fontes Borghi

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP), Rio Claro/SP – Brasil

Resumo

Esse estudo é proveniente de pesquisa de mestrado em andamento e integra pesquisa interinstitucional realizada por pesquisadores da UNICAMP, UNESP, USP. Tem como objetivo investigar a atuação dos agentes privados que compõe o Movimento Todos pela Base (MBNC) na rede estadual do Espírito Santo (ES), no período de 2013-2019. Para tanto, foram mapeadas as ações, programas e projetos que estes agentes têm em parceria com a rede estadual para a área de currículo. O mapeamento foi realizado no site da secretaria estadual de educação do ES e no banco de dados "Mapeamento de atores privados na educação pública" do GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional. Os resultados preliminares evidenciam que houve um aumento significativo de projetos iniciados em 2019 e que, em sua maioria, os projetos são voltados para a classe de docentes, este aumento pode estar relacionado com a aprovação da base e seu prazo de implementação.

Palavras-chave: **Privatização. Reformadores empresariais. Currículo. Base nacional comum curricular.**

The Incidence of Public-Private Partnerships on the Curriculum of the State Public Schools in Espírito Santo: the performance of the movimento todos pela base

Abstract

This study comes from ongoing master's research and integrates interinstitutional research carried out by researchers from UNICAMP, UNESP, USP. It aims to investigate the performance of the private agents that make up the Movimento Todos pela Base (MBNC) in the state public school in Espírito Santo (ES), in the period 2013-2019. To this end, the actions, programs and projects that these agents have in partnership with the state school for the curriculum area were mapped. The mapping was carried out on the website of the state education department of ES and in the "Mapping of private actors in public education" database of GREPPE - Group of Studies and Research in Educational Policy. The preliminary results show that there was a significant increase in projects started in 2019 and that, in the majority, the projects are aimed at the class of teachers, this increase may be related to the approval of the base and its implementation period.

Keywords: **Privatization Corporate reformers. Curriculum. Common National Base.**

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

Levantamento bibliométrico de artigos sobre financiamento e privatização da educação básica a partir da SciELO Brasil (2015-2020)

Andrey da Silva Mori

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

Introdução

Este trabalho é resultado parcial de pesquisa desenvolvida como Iniciação Científica Voluntária da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp associada à pesquisa em vigência "Análise da incidência de atores privados na oferta educacional de redes estaduais brasileiras (2005-2018)" coordenada pela professora orientadora e financiada pelo CNPq e Fapesp. O atual projeto dá continuidade à pesquisa anterior interessada no mapeamento das produções sobre os processos de privatização da educação básica, isto é, pesquisa de tipo estado da arte.

Neste trabalho mapeia-se a produção sobre financiamento da educação básica disponível na Scientific Eletronic Library Online Brasil (SciELO Brasil), uma biblioteca eletrônica que abrange 378 periódicos científicos brasileiros selecionados e mais de 400 mil publicações.[1] Mapeia-se ainda as publicações que associaram o financiamento a processos de privatização.

Tomamos a análise bibliométrica enquanto técnica quantitativa para identificar aspectos da produção científica (ARAÚJO, 2006), não tendo interesse em ranquear ou hierarquizar revistas científicas, pesquisadores, instituições ou países, mas em sistematizar a produção prévia, identificando tendências e lacunas, bem como possíveis correlações com os contextos sociais, históricos e políticos a partir dos quais estas produções emergem. A análise bibliométrica importa também na medida em que facilita e fornece balizas que orientam o planejamento de pesquisas futuras (MORI; ADRIÃO, 2018).

O período, 2015-2020, foi selecionado considerando um ano antes da Emenda Constitucional nº 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016, uma vez que a medida potencializa os processos de privatização (CNTE, 2017). Como destaca Rossi et al. (2019), o "impeditivo no financiamento da educação pública favorece o processo de privatização em suas diversas formas (da oferta educacional, do currículo e da gestão da educação), a fim de buscar formas mais baratas de oferecer os serviços educacionais".

Metodologia

Levantaram-se artigos disponíveis na SciELO Brasil, cujo acesso se deu através do sítio eletrônico da biblioteca. A busca está em consonância com o percurso metodológico descrito

[1] Informações disponíveis em: <https://analytics.scielo.org/>. Acesso em: 07/09/2020.

por Adrião (2015) e se deu através do acesso à plataforma e a busca na base de dados de artigos. Valendo-se do formulário básico, buscou-se pelo descritor "financiamento" no campo "Todos os índices". Na linha abaixo, restringimos a busca utilizando o operador booleano "and" e inserindo "educação" também em "Todos os índices". Por fim, considerando o intervalo de anos de interesse, 2015 a 2020, utilizamos a terceira linha para o campo "Ano de publicação", realizando a pesquisa ano a ano.

Considerando que estamos interessados nos artigos que tratam do financiamento da educação básica, verificamos que este percurso de busca é o mais adequado, tendo em vista que apresenta resultados específicos de nossa área ao mesmo tempo em que não restringe de maneira a excluir artigos de interesse. Esta busca, contudo, apresenta artigos que não correspondem ao campo de interesse, como, por exemplo, aqueles que tratam do financiamento da educação superior. Portanto, fez-se necessária a leitura do título e do resumo dos artigos a fim de selecionar aqueles que correspondem ao levantamento. A tabela 1 abaixo indica a quantidade de resultados encontrados durante a busca.

Tabela 1 – Quantidade de artigos encontrados ao longo das filtragens por ano de publicação entre 2015 e 2020

Ano	Pesquisa "financiamento" + "educação" + ano	Artigos selecionados para análise
2015	15	6
2016	24	8
2017	15	5
2018	17	7
2019	27	9
2020	13	4
Total	111	39

Fonte: Elaboração própria a partir da SciELO Brasil.

Como se observa, do conjunto identificado, a maioria correspondeu a artigos não afeitos ao financiamento da educação básica, que contabilizou 35,1% do total.

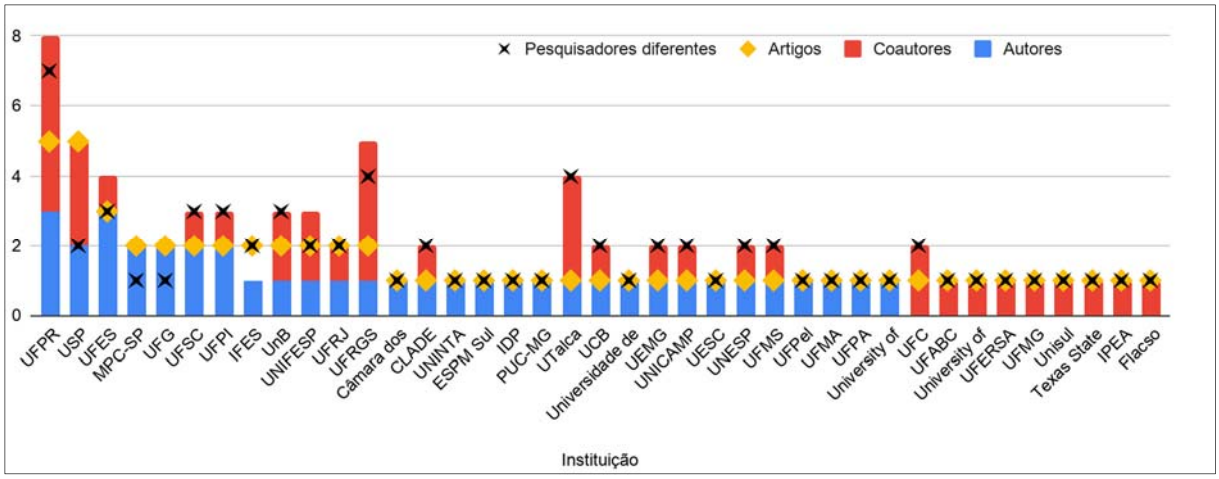
Dos 39 artigos selecionados, identificamos e quantificamos: as instituições às quais autores e coautores se vinculam; os países-sede destas instituições; as revistas nas quais os artigos foram publicados; e menções, nos títulos e resumos, à privatização em suas diferentes formas (ADRIÃO, 2018). No intuito de enriquecer as informações e tendências da produção sobre financiamento da educação básica, optamos por quantificar autores e coautores; contudo, nos casos em que o autor se vinculou a mais de uma instituição no mesmo artigo, consideramos somente o vínculo que aparece primeiro.

Resultados e Discussões

A despeito das oscilações na quantidade de artigos encontrados ao longo dos anos, não foi possível identificar tendências de crescimento. De toda maneira, é interessante notar que os artigos que tratam do financiamento da educação básica são pouco mais de um terço do total de artigos sobre financiamento e educação.

No que diz respeito às instituições às quais os autores se vinculam, foram identificadas 39 instituições diferentes, das quais somente quatro não eram instituições de ensino superior. Além disso, 20 instituições (51,3%) apareceram somente uma vez. Sistematiza-se no gráfico 1 as seguintes informações: quantidade de autores e coautores a partir da vinculação institucional, quantidade de pesquisadores diferentes por instituição e quantidade de artigos por instituição a partir do vínculo dos autores e coautores[2]. Combinar estas informações é interessante pois permite identificar instituições que concentram pesquisadores da temática, podendo ser caracterizadas como um nicho de pesquisa em financiamento da educação básica, ou instituições com poucos pesquisadores de produção expressiva.

Gráfico 1 – Quantidade de autores, coautores, pesquisadores diferentes e artigos por instituição de vinculação, 2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir da SciELO Brasil.

Sete universidades concentraram 39,1% do total de autores/coautores, enquanto 22 instituições possuem somente um autor/coautor vinculado. Além disso, UFPR e UFES foram responsáveis por 15,4% dos artigos publicados (3 autores cada), enquanto 59,0% estão distribuídos em 23 instituições com uma autoria. Entre as 39 instituições identificadas, 23,1% tiveram somente coautores no período. Chama atenção a UFPR, que concentra a maior quantidade de pesquisadores distintos no período, além de figurar, junto à Universidade de São Paulo, com a maior quantidade de artigos publicados. A USP, contudo, o fez através de dois autores somente. Vale destacar que UFPR e UFRGS apresentam expressivo número de coautorias, 5 e 4 respectivamente, seguidas de USP e UTalca com 3 coautorias cada.

Entre as instituições não brasileiras, a única chilena, Universidad de Talca, envolveu quatro pesquisadores na publicação de um artigo. A University of Hawaii é a única outra instituição não brasileira com autor no período; completam as instituições internacionais a University of Maryland e a Texas State University, cada uma com um coautor. Ao contabilizarmos a quantidade de vínculos de autores e coautores aos países através das instituições, verificamos 91,1% de vínculos brasileiros, 5,1% chilenos e 3,8% estadunidenses.

Os artigos foram publicados em 16 periódicos distintos, com destaque para a Revista Educação & Sociedade que concentrou 30,8% das produções. Educação em Revista e

[2] Autor é aquele cujo nome aparece em primeiro nos artigos, os demais são coautores. Pesquisadores diferentes são autores e coautores contabilizados somente uma vez, independente de quantos artigos publicaram. Artigos são quantos artigos diferentes possuem pelo menos uma vinculação à instituição, seja por autor ou coautor.

Educar em Revista responderam igualmente por quatro artigos cada. 9 periódicos publicaram somente um artigo no período, o que corresponde a 23,1%. A tabela 2 registra a relação de periódicos que publicaram no mínimo dois artigos.

Tabela 2 – Quantidade de artigos por periódico com no mínimo dois artigos- 2015-2020

Periódico	Quantidade de artigos
Educação & Sociedade	12
Educação em Revista	4
Educar em Revista	4
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	3
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	3
Cadernos de Pesquisa	2
Educação & Realidade	2

Fonte: Elaboração própria a partir da SciELO Brasil.

Por fim, identificamos nos títulos e resumos somente sete artigos, que faziam menção à privatização da educação. Convém dizer que entendemos privatização enquanto a transferência de atividades, provisão e responsabilidades do Estado para indivíduos ou organizações privadas (BELFIELD; LEVIN, 2004). Valendo-se da caracterização da privatização da educação em distintas formas sistematizadas em três dimensões, a saber, currículo, gestão e oferta (ADRIÃO, 2018), identificamos que cinco artigos tratam da dimensão oferta, um aborda distintas formas e um não se refere a uma dimensão específica.

Conclusão

A análise bibliométrica, apesar de possibilitar identificar tendências e nichos de produção sobre determinado tema, exige cuidados técnicos e políticos: técnicos sobretudo na sistematização das informações e na apresentação dos resultados, de maneira a não produzir interpretações equivocadas e/ou injustas da produção científica, e políticos no que diz respeito ao possível ranqueamento das instituições, países e periódicos.

Neste trabalho, apresentou-se informações sistematizadas sobre a produção acadêmica disponível na SciELO Brasil sobre financiamento da educação básica, com destaque para trabalhos que associam o financiamento à privatização. A este respeito o estudo indicou que mesmo após implantação do “teto do gastos” (EC 95) do governo federal, as produções sobre esta relação não sofreram alterações significativas, posto que menos de um quinto das publicações relacionam financiamento da educação básica com privatização, e, entre estes, em nenhum se pode identificar, pelo resumo, a discussão nas dimensões gestão ou currículo direta e explicitamente.

Notou-se a prevalência de produções de pesquisadores brasileiros vinculados a instituições brasileiras, justificado pela plataforma de busca. UFPR e USP como principais centros irradiadores de resultados de pesquisas e estudos sobre financiamento e a prevalência da revista Educação e Sociedade na divulgação destes trabalhos.

Acredita-se que este levantamento não está concluído. Isto não invalida ou diminui os resultados esboçados, que apontam para a concentração de pesquisas e pesquisadores nas regiões sul e sudeste, e publicadas majoritariamente em revistas também destas regiões.

Referências

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. 2015. 227p. Tese (Livre-Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ARAÚJO, C. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. **A privatização da educação:** causas e implicações. Porto, Portugal: ASA Editores S.A. 2004.

CNTE. A privatização da educação no contexto do golpe institucional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 745-751, jul./dez. 2017.

MORI, A.; ADRIÃO, T. Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do Web of Science, 2015-2018. **Revista on-line de Política e Gestão** Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1241-1257, dez. 2018.

ROSSI, Pedro et al. AUSTERIDADE FISCAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0223456, 2019.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

Financiamento Recente e Proficiência para o Ensino Médio no Estado do Pará

Antônio Cláudio Andrade dos Reis

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O artigo analisa a parceria público-privada estabelecida no Pacto pela Educação no Estado do Pará, apontando as similitudes entre os sistemas de avaliação da educação básica nacional e local. Utilizou-se a metodologia quanti-qualitativa com base em dados documentais e estatísticos. Constatou-se que o pacto condiciona o planejamento educacional a atender os interesses dos representantes do capital, com ofertas em seu cardápio de projetos, não alinhavadas, com a real necessidade da rede pública paraense. As evidências apresentadas nos resultados auferidos nos dois sistemas de avaliação analisados mostram que o nível de proficiência no ensino médio paraense é considerado estável desde 2014, o que leva a crer que embora se tenha despendido um valor expressivo na implantação e manutenção do Sistema Paraense de Avaliação Educacional sua necessidade é questionável.

Palavras-chave: **Parceria público-privada. Avaliação da Educação. Nível de proficiência. Qualidade Educacional.**

Recent Funding and Proficiency for High School in the State of Pará

Abstract

The article analyzes the public-private partnership established in the pact for education in the state of Pará, pointing out the similarities between the national and local basic education assessment systems. Quanti-qualitative methodology was used based on documentary and statistical data. It was found that the pact conditions educational planning to meet the interests of representatives of the capital, with an offers on their menu of projects not aligned with the real need of the public network in Pará. The evidence presented in the results obtained in the two evaluation systems analyzed shows that the level of proficiency in secondary education for this is considered stable since 2014. Which leads us to believe tha although na expressive value has been dismissed in the implementation and maintenance of the Pará system of educational assement your need is questionable.

Keywords: **Public-Private Partnership. Education Evaluation. Proficiency Level. Educational Quality.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

Atuação do Setor Privado na Disputa pelos Fundos Públicos: a educação e as Edu business no contexto do novo Fundeb

Danielle do Nascimento Rezera

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos/SP – Brasil

Raquel Gomes D Alexandre

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo/SP – Brasil

Faculdade Messiânica, São Paulo/SP – Brasil

Resumo

Neste artigo buscamos analisar a atuação de grupos privados e privatistas que se organizam no sentido de criar ou fomentar mecanismos de introdução e regulamentações do setor privado na educação pública durante a pandemia da Covid-19 e a votação do Fundeb. Observamos os arranjos e modos de *performance* desses entes no sentido de capitanear as discussões e demandas do setor educacional de modo restrito, intransigente, antidemocrático e até mesmo falacioso. Procuramos contextualizar essas questões a partir de discursos e literatura sobre os sistemas de privatizações e parcerias público-privadas no Brasil. Nosso objetivo é compreender os arranjos e organização política de grupos privados no gerenciamento de políticas educacionais e seus recursos.

Palavras-chave: **Fundeb. Parceria público-privada. Fundos públicos.**

Private sector performance in the dispute for public funds: education and Edu business in the context of the new Fundeb

Abstract

In this article we seek to analyze the actions of private and privatist groups that organize themselves in order to create or foster introduction mechanisms and regulations of the private sector in public education during the Covid-19 pandemic and the Fundeb vote. We observe the arrangements and modes of performance of these entities in order to captain the discussions and demands of the educational sector in a restricted, intransigent, antidemocratic and even fallacious manner. We look for to contextualize these issues from discourses and literature on privatization systems and public-private partnerships in Brazil. Our goal is to understand the political arrangements and organization of private groups in the management of educational policies and their resources.

Keywords: **Fundeb. Public-private partnership. Public funds.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e a Precarização da Carreira Docente

Fernanda Denise Siems

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

Introdução

Neste trabalho analisamos as reformas educacionais na carreira docente implementadas na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (REESC) entre 2006 e 2015, decorrentes da atuação do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), em conjunto com a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Governo do Estado. As reformas seguiram uma dinâmica reformadora norteada pela ideologia neoliberal propagada pelos organismos multilaterais (OM), que conjugam metanarrativas empresariais da lógica mercantil no âmbito das políticas públicas educacionais. A análise dos documentos produzidos no período evidenciou que o papel do CEE/SC foi central na aprovação de orientações da OCDE publicadas no relatório *Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina (2010),* ao legitimar a incorporação de orientações da OCDE como políticas públicas. Esta legitimação se materializou por meio da publicação do relatório *Proposição de novos rumos para a Educação catarinense: Visão do CEE sobre o relatório da OCDE*, de autoria do CEE/SC e publicado em 2012.

Metodologia

Nos amparamos no materialismo histórico, na concepção gramsciana, considerando o Estado integral composto pela Sociedade civil e sociedade política, atravessado pelos interesses de classe. Por meio da análise documental dos relatórios publicados identificamos os objetivos velados e aparentes de determinadas políticas e modo pelo qual se articulam com o projeto burguês. No sentido posto por Evangelista, Shiroma, buscamos analisar e compreender as fontes "tomando os documentos como empiria - mas não como verdadeiros absolutamente" (EVANGELISTA, SHIROMA, 2017, MIMEO).

Discussão

A educação pública na sociedade capitalista encontra-se imbricada aos sistemas produtivos e às relações sociais de produção. Na visão neoliberal a educação se conecta ao desenvolvimento econômico, estruturado por um discurso que propaga a necessidade de criar uma sociedade do conhecimento que possa vir a respaldar as demandas do século XXI e seus avanços tecnológicos. A estratégia que se articula é de uma suposta carência de "modernização da máquina pública", que os governos buscam solucionar junto aos OMs, confiando a seus *experts* a formulação de políticas públicas sob a mesma lógica: assegurar 'eficácia e eficiência' nos processos educativos. O percurso histórico da REESC encontra-se intrinsicamente relacionado aos esforços do Governo do Estado para a melhoria dos índices de desenvolvimento econômico, especialmente no período analisado neste trabalho, sob o

governo de Luiz Henrique da Silveira (2003 a 2010), quando se deu a elaboração do relatório sobre REESC, pela OCDE, a pedido e financiado pelo governo do Estado, cujo objetivo era empreender uma avaliação de todo o sistema educacional do Estado. Nesse período foi pactuado com a OCDE que os resultados de desempenho de Santa Catarina no PISA passariam a ser comparados com os resultados dos demais países participantes, a partir de 2012, e não somente internamente com os demais Estados brasileiros. A gestão de Raimundo Colombo (Partido Social Democrático-PSD- 2011 a 2018) seguiu as orientações pactuadas com a OCDE, de modo que as classes hegemônicas adaptaram as formulações políticas implementando-as de acordo com as situações mais oportunas, segundo o nível de correlações de força. Assim garantiram a continuidade das políticas voltadas à preservação dos interesses do capital para além dos mandatos, sob a aparência de um projeto de Estado, embora na essência resultante de uma série de articulações e atualizações de forma organizada.

A atuação do CEE/SC em sincronia com a OCDE une dois sujeitos distintos e diferem pela própria natureza: o CEE/SC é uma instituição que tem por objetivo a regulamentação dos sistemas educacionais, com base nos princípios de legalidade e legitimidade e se relaciona com outras instituições por similaridades normativas. A OCDE, por sua vez é uma organização fundada para o desenvolvimento econômico, que atua instrumentalmente, tratando-se de um corpo constituído por membros que se uniram para um fim específico. As organizações, de acordo com Chauí (2018), atuam por operações, norteadas pelos princípios de previsão, controle e êxito, não existe qualquer compromisso de continuidade entre os envolvidos. No neoliberalismo, todas as instituições e o próprio Estado tem suas diferenciações internas apagadas, todo o sistema é pensado a partir de um tipo de organização institucionalizada, uma empresa, as estruturas de Estado à semelhança do sistema privado, a política, substituída pela gestão. Para a OCDE, a aliança ao CEE/SC garante a manutenção de um projeto que ultrapassa a transitoriedade dos governos e chancela suas orientações como políticas públicas. Estrategicamente, a atuação destes sujeitos passa por uma transformação conceitual na qual as palavras se transformam no corpo da lei: o relatório de avaliação da OCDE refere-se a recomendações e advertências para embasar sua análise. Ao passar pelo CEE/SC, a semântica gira em torno de Constatações, princípios, diretrizes e propostas. Uma recomendação é um alerta, um aviso. Já uma proposição, em sentido lato, significa ideia, teoria ou tese ou dogma, agrega valor ao produto final.

A Proposição do CEE/SC sintetiza as reformas para a REESC contidas na avaliação da OCDE e versa sobre temas que não cabem a suas competências formais, e se destaca pela amplitude de pontos-chave discutidos, como remuneração, avaliação docente e progressão na carreira, temas que não representam os pontos cruciais que poderiam contribuir para a 'melhoria da qualidade da educação catarinense'. A transformação mais significativa que viria a materializar-se posteriormente na interpretação dada pelo CEE/SC se refere ao plano de carreira dos professores

> O Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira e de Cargos e Salários não valorizam nem estimulam a procura pela carreira do magistério. Além de manter o profissional da educação distanciado da maioria das profissões por se apresentarem mais vantajosas, não há estímulo à promoção por mérito e pela busca da competência profissional. (SANTA CATARINA, 2012, p. 20).

A proposta sugerida é a reforma total do Estatuto do magistério no item 4.3: "elaboração de novo Estatuto do Magistério e de Plano de Carreira, Cargos e Salários com indicadores profissionais e salariais atrativos e competitivos" (idem, 2012, p.22). Essa recomendação foi cumprida à risca, no Plano de Carreira que alterou o a Lei de Cargos e Salários, Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, que regia as formas de contratação e salários de todos os professores, efetivos ou temporários, e teve 44 artigos e seis anexos revogados pela lei. Na mesma data se deu a aprovação da Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015, que excluiu definitivamente os Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT) do plano de carreira do Magistério dos efetivos passando à categoria de horistas, remunerados por número de horas-aula dadas, sem garantia de Carga horária mínima em blocos de 10, 20,30 ou 40 horas semanais. Os ACTs também perderam o direito aos triênios de 3 %, uma compensação salarial automática que se dá a cada três anos de serviços prestados, o que diminuiu substancialmente sua remuneração. Essa nova legislação representou um *apartheid* para a categoria: com duas legislações diferenciadas, as pautas a serem reivindicadas seriam mais difíceis de serem unificadas e consequentemente, defendidas.

Nesse período o controle sobre o trabalho docente se intensifica com a criação do Professoronline, programa implantado a partir de 2015, ambiente virtual onde estão reunidos os conteúdos das aulas, o registro de presença, e as avaliações dos alunos. Esse sistema é alimentado diariamente pelos professores e alvo de muitas críticas, por não existir sequer uma rede de internet que dê suporte *online* para o acesso à plataforma. É monitorado pela SED/SC, que exerce o controle sobre tais atividades *online* e notifica as escolas quando não está sendo preenchido por algum professor. Mais do que uma ferramenta para facilitar e agilizar o trabalho dos professores, o programa serve como uma ferramenta de monitoramento que, futuramente, poderá compor um sistema de avaliação de desempenho.

Esse verdadeiro balão de ensaio de reforma da carreira dos professores da REESC não seguiu um trajeto linear, uniu diferentes sujeitos e entidades, OCDE, FIESC, Governo de Estado e revela uma inconsistência em relação à datação dos documentos publicados. Em evento destinado à FIESC, em 21 de junho de 2010 o conselheiro Isaac Ferreira, informa que"[...] em setembro de 2010, a OCDE retornou a Santa Catarina para apresentar o balanço dos dois eventos promovidos em 2009 (FERREIRA, I.,2010), cerca de três meses antes da finalização do relatório do CCE/SC. A mesma apresentação foi realizada pelo conselheiro Antônio Elizio Pazeto, em evento realizado na cidade de Porto Alegre, em 21 de novembro de 2010, dois anos antes da publicação do documento final, embora o conteúdo das apresentações já fosse o mesmo. Ou seja, mesmo que ainda carecessem de análise por parte do CEE/SC, tendo em vista que a comissão constituída pelo órgão para o estudo da avaliação da OCDE se deu somente em 12 de agosto de 2011, os relatórios apresentados publicamente já eram exatamente os mesmos, cumprindo tão somente um rito formal, uma chancela que legitimou e materializou as políticas neoliberais na REE/SC.

Conclusão

Concluímos que Estado, OM e burguesia nacional têm organizado inúmeras estratégias para manter a hegemonia das classes dominantes e a subsunção da classe trabalhadora, aliando formas de consenso a estratégias de coerção que se reproduzem em âmbitos mais específicos, como, no caso, de Santa Catarina. A subordinação das elites nacionais às elites

estrangeiras e sua aliança com os OM, como a OCDE, perpassa o aparelho de Estado resultando em pactos que buscam atender a interesses políticos, econômicos e culturais que se conjugam e o papel do CEE/SC como legitimador destas orientações foi fundamental para que se materializassem em políticas públicas. Os desafios propagados pelos organismos multilaterais, como avanços da tecnologia e novas demandas no mercado de trabalho, a nosso ver, encobrem a realidade dos desafios de uma sociedade com altos índices de desemprego, com a precarização e flexibilização das formas contratuais de trabalho, resultantes da dificuldade de manutenção das taxas de lucro do capital. No documento publicado pelo CEE/SC: Proposição de Novos rumos para a educação catarinense, os 'novos rumos' se referem a novas formas de organização do capital, em que a burguesia, o Estado e as classes dominantes e dirigentes buscam garantir a reprodução dos interesses do capital, em uma fase de aprofundamento do neoliberalismo, na qual os direitos da classe trabalhadora são constantemente extraídos.

Bibliografia

CHAUÍ, Marilena: Democracia em Perigo: o neoliberismo de Bolsonaro. Disponível em: https://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chaui-e-a-democracia-em-perigo

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida O. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional**: contribuições do marxismo. Florianópolis: UFSC, 2017. Mimeo

GRAMSCI. Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 1.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Proposição de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina**: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE. Florianópolis: Dioesc, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2Lsyg6t. Acesso em: 20 out. 2018.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015c. Dispõe sobre o quadro de pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. **Leis Estaduais**, [*S. l.*], 9 mar. 2018. Disponível em: https://bit.ly/2NqDRNe. Acesso em: 23 nov. 2018.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação

Estudos sobre a adoção de Sistemas Privados de Ensino para a Educação Infantil por municípios paulistas

Viviani Vicentin Bergamaschi

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

O presente estudo se desenvolve em pesquisa de Mestrado em Educação, ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE)[1], do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UNICAMP, com o objetivo de identificar as tendências e consequências da adoção de sistemas privados de ensino na educação infantil nos municípios paulistas.

Entende-se privatização da educação brasileira de acordo com Adrião (2018): "adota-se o termo privatização, no lugar de mercantilização, parceria público-privada, comoditização entre outros, por se entender que o mesmo abarca, mais precisamente, os processos aqui analisados. Estes se referem às medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas".

No que se pretende analisar, pesquisas realizadas anteriormente (ADRIÃO, 2009b, 2011, 2012) indicam fatores determinantes para a adoção, por parte dos municípios paulistas, dos chamados "Sistemas Privados de Ensino". (Adrião 2013). Os Sistemas Privados de Ensino (SPEs) consistem em uma cesta de produtos e serviços "integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação interna e externa, entre as principais encontradas" (Adrião, 2016).

Um importante fator determinante para a adoção dos SPEs, já indicada em pesquisas anteriormente realizadas (ADRIÃO, 2009b, 2011, 2012) está relacionado ao processo de descentralização da educação brasileira, via municipalização de sua oferta efetuada durante a década de 1990. Os municípios, cuja demanda por educação só se fez alargar e sobre os quais passaram a incidir as responsabilidades pela garantia do acesso à maior fração da escolaridade (educação infantil e ensino fundamental) e pela melhoria do desempenho das escolas, têm sido assediados por empresas privadas que oferecem produtos educacionais com a finalidade de suprir deficiências produzidas pela falta de condições objetivas para elaboração, implantação e avaliação de políticas educacionais. Em outros termos, acreditamos que os municípios que optam por essa estratégia têm comprado a política

[1] O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE tem desenvolvido pesquisas interinstitucionais no campo da política educacional, em âmbitos nacional e internacional, priorizando a relação contemporânea entre os setores público e privado para a oferta, a gestão, o currículo, as relações de trabalho e o financiamento da educação básica e as implicações dessas dimensões para o direito à educação https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br

educacional a ser implantada de um provedor privado, mecanismo que expressa sua privatização (ADRIÃO, 2009b, 2011, 2012).

Como percurso metodológico, inicialmente, buscou-se inventariar, por meio de consulta *on line* em bases de produção de pesquisa científica, o que já se produziu em forma de artigos, dissertações e teses acadêmicas na área de Ciências Humanas, particularmente a área de Educação, produções que dizem respeito à adoção de sistemas privatizados para o ensino na educação infantil, especialmente a pré-escola[2]. A consulta e coleta foram realizadas com os seguintes descritores: educação infantil, política educacional, privado, apostila, privatização, parceria. "Trata-se, na verdade, da primeira etapa da produção de conhecimento, através da qual se constata a produção prévia, organiza-a e identifica suas tendências e lacunas" (Adrião e Mori, 2018).

A primeira base de pesquisa consultada foi a Scientific Electronic Library On line - Scielo (https://www.scielo.br), biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP, em parceria com a Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde-Bireme e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. A busca foi realizada no índice *pesquisa de artigos*, na qual foram identificados artigos de outras Revistas da área de Ciências Humanas, além da área de Educação, como área de Saúde e Psicologia.

Outras bases de pesquisa consultadas foram as revistas de Educação Brasileira voltadas à difusão de pesquisas e estudos acadêmico-científicos da Área de Humanas, especializadas na área de Educação, que dialogam nos campos de Política Educacional e Currículo: e-Curriculum (https://revistas.pucsp.br/curriculum - busca em Pesquisa), Currículo sem Fronteiras (http://www.curriculosemfronteiras.org/ busca em Artigos) e a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação/ANPAE (https://anpae.org.br/website/ em Publicações, Revista da ANPAE).

Na realização da coleta, foram encontrados artigos que tratam de temas relacionados aos descritores de forma mais ampla; entretanto, foram encontrados poucos estudos neste levantamento que tratem especificamente do tema ao qual se pretende desenvolver a pesquisa – a adoção de sistemas privados de ensino para a educação infantil.

Para auxílio na construção da problemática sobre o tema, considerou-se o título, as palavras-chave e a leitura dos resumos dos artigos publicados. Assim, os artigos que tratam de temas relacionados à outras áreas de conhecimento, como a área de Saúde, Fonoaudiologia, Educação Corporal e à Psicologia, tanto na base de pesquisa Scielo, quanto nas Revistas de Educação, foram descartados. Após essa primeira filtragem, obteve-se um total de 16 (dezesseis) estudos na base de pesquisa Scielo e 13 (treze) estudos nas Revistas de Educação. Num segundo momento, os artigos direcionados a outros temas que, embora tratem de Educação Infantil, discutem um outro olhar que não dialoga com o foco do estudo, ou seja; formação de professores, trabalho docente, trabalho voluntário, literatura,

[2] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.9394/96) , ao definir os níveis escolares, no art. 21, inciso I dispõe que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e especificamente no artigo 30, incisos I e II, que a educação infantil se divide em creche (ou entidade equivalente), para as crianças de até três anos de idade, e pré-escola, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

participação das famílias, trabalho infantil, também foram descartados. Após essa segunda filtragem, obteve-se um total de 11 (onze) artigos no Scielo e 11(onze) artigos publicados nas Revistas de Educação. E numa terceira e última filtragem, procurando por fim afinar e especificar o campo de estudo, foram descartadas as pesquisas relacionadas à gestão, financiamento e aspectos jurídicos direcionados a educação infantil; obtendo-se 4 (quatro) artigos das Revistas de Educação, os quais dialogam com a problemática do tema ao qual se pretende estudar – Educação Infantil, Adoção de Sistemas Privados de Ensino, Apostila e Apostilamento.

Também pela *internet*, foram consultadas outras bases de pesquisa: os repositórios de produção científica, onde se encontram disponíveis Dissertações de Mestrado Acadêmico e Teses de Doutorado, das Universidades Paulistas: Universidade Estadual Paulista/UNESP, Universidade de São Paulo/USP e a Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. A pesquisa foi realizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação destas Universidades, com os seguintes descritores: educação infantil e sistema privado de ensino; educação infantil e apostila; educação infantil e apostilamento.

No repositório institucional da UNESP, a busca se deu por programa de pós-graduação, pois percebeu-se que não havia cruzamento de informações entre os programas de pós-graduação dos campi da Universidade. Assim, com os descritores, a busca foi realizada da seguinte forma: no site https://repositorio.unesp.br/, em Tipos de Produção optou-se por Produção Científica, em Subcomunidades nesta comunidade, buscou pelos Programas de Pós-Graduação em Educação. O primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação encontrado foi da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do campus de Marília. Neste Programa foram encontradas 16 (dezesseis) Dissertações de Mestrado entre os anos de 2016 a 2020 e 12 Teses de Doutorado entre os anos de 2002 a 2020. O segundo Programa de Pós-Graduação em Educação encontrado foi na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do campus de Presidente Prudente. Neste Programa foram encontradas 7 (sete) Dissertações de Mestrado entre os anos de 2008 e 2018 e 13 (treze) Teses de Doutorado entre os anos de 2017 a 2020. O terceiro Programa de Pós-Graduação em Educação encontrado foi o Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) do campus de Araraquara. Neste Programa foram encontradas 8 (oito) Dissertações de Mestrado publicadas entre os anos de 2006 e 2020 e 2 (duas) Teses de Doutorado entre os anos de 2016 e 2018. O quarto, e último, Programa de Pós-Graduação encontrado foi do Instituto de Biociências de Rio Claro (IBRC), no qual a pesquisa resultou em 9 (nove) Dissertações de Mestrado publicadas entre os anos de 2009 e 2018 e 2(duas) Teses de Doutorado entre os anos de 2017 e 2019.

No repositório de Produção da USP, com os mesmos descritores, a busca foi realizada da seguinte forma: no site https://repositorio.usp.br/, acrescentou-se como filtro a opção Teses e Dissertações e como opção de Unidade de Ensino a Faculdade de Educação). Obteve-se como resultado da pesquisa:

Educação infantil e sistema privado de ensino – 0 registros;

Educação infantil e apostila – 1 (um) registro de produção de Tese de Doutorado publicada em 2019;

Educação infantil e apostilamento – 0 registros.

No Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp, com os mesmos descritores, a busca foi realizada da seguinte forma: no site http://repositorio.unicamp.br/ , foram acrescentados os primeiros descritores: educação infantil e sistema privado de ensino. Optou-se pela busca na Faculdade de Educação, e em Tipo de Documento optou-se primeiramente por Dissertação. Como filtro adicionado Educação Infantil. A pesquisa resultou em 22 (vinte e duas) Dissertações publicadas entre os anos de 2004 a 2015. Nesta mesma pesquisa em Teses, resultaram 12 (doze) publicações entre os anos de 2004 a 2014. Com os descritores educação infantil e apostila, a pesquisa resultou em 0 (zero) registros, tanto em Dissertações, quanto em Teses. Com os descritores educação infantil e apostilamento, a pesquisa também resultou em 0 (zero) registros, tanto para as Dissertações quanto para as Teses.

Referências

ADRIÃO, Theresa M. de Freitas; GARCIA, Teise de O. G.; BORGHI, Raquel F., ARELARO, Lisete R.G. **Estratégias Municipais Para A Oferta Da Educação Básica**: Análise De Parcerias Público-Privado No Estado De São Paulo - Relatório Final Do Projeto De Pesquisa Fapesp: 2007/54207-4. Rio Claro: 2009.

ADRIÃO, Theresa M. de Freitas; GARCIA, Teise de O. G.; BORGHI, Raquel; BERTAGNA, Regiane H.; PAIVA, Gustavo B.; XIMENES, Salomão B. Grupos Empresariais Na Educação Básica Pública Brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016.

ADRIÃO, Theresa M. de Freitas; GARCIA, Teise de O. G. (Orgs.). **Currículo, Gestão e Oferta da Educação Básica Brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV 2018.

ADRIÃO, Theresa; DAMASO, Alexandra; GALZERANO, Luciana Sardenha. A Adoção De Sistemas Privados De Ensino Em Escolas Públicas De Educação Infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n. 11, v. 02 ago. 2013.

ISSN: 2595-136X

Anais do VIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA - **"O contexto de lutas e o financiamento da educação: caminhos e descaminhos do Fundeb"**, realizado no formato VIRTUAL, nos meses de novembro e dezembro de 2020.

Eixos Temáticos

1 - Políticas de financiamento da educação básica
2 - Políticas de financiamento da educação superior
3 - Planos de carreira e remuneração de professores
4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Comitê Científico

Coordenação Geral: Adriana A. Dragone Silveira e Márcia Aparecida Jacomini

Eixo 1 - Políticas de financiamento da educação básica
Coordenação: Maria Goreti Machado

Eixo 2 - Políticas de financiamento da educação superior
Coordenação: Cristina Helena Almeida de Carvalho

Eixo 3 - Planos de Carreira e Remuneração de professores
Coordenação: Rosana Gemaque

EIXO 4 - Relações público-privadas no financiamento da educação
Coordenação: Theresa Adrião

ISSN: 2595-136X

Avaliadores

Aline Veiga dos Santos
André Rodrigues Guimarães
Andréa Araújo do Vale
Andrea Barbosa Gouveia
Calinca Jordânia Pergher
Cassia Domiciano
Cristina Helena Almeida de Carvalho
Dalva Souza Franco
Dalva Valente Guimarães Gutierres
Daniela Pires
Fabíola Bouth Grello Kato
Fabrício Aarão Freire Carvalho
José Marcelino Rezende Pinto
Juca Gil
Karine Morgan
Lisete Regina Gomes Arelaro
Luiz Araújo
Luiz de Sousa Junior
Luiz Fernando Reis
Magna França
Márcia Aparecida Jacomini
Marcos Edgar Bassi
Margarita Victoria Rodriguez
Maria Aparecida dos Santos Ferreira
Maria da Graça Nóbrega Bollmann
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Maria Luiza Rodrigues Flores
Maria Rosimary Soares dos Santos
Nalú Farenzena
Nelson Cardoso do Amaral
Renata Ramos da Silva Carvalho
Rhoberta Santana de Araújo
Rosa Maria Pinheiro Mosna
Rubens Barbosa de Camargo
Samara Oliveira Silva
Solange Jarcem Fernandes
Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Thiago Alves
Vera Lúcia Jacob Chaves
Vera Maria Vidal Peroni
Wellington Ferreira de Jesus